

Legislação Federal

[MEDIDA PROVISÓRIA N. 790, DE 25 DE JULHO DE 2017](#)

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 – Código de Mineração, e a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, que dispõe sobre regime especial para exploração e aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.

(DOU 26/07/2017, p.3)

[MEDIDA PROVISÓRIA N. 792, DE 26 DE JULHO DE 2017](#)

Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, o Programa de Desligamento Voluntário, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

(DOU 27/07/2017, p.1-3)

[DECRETO N. 9.108, DE 26 DE JULHO DE 2017](#)

Altera o Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, para dispor sobre normas regulamentares do saque da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

(DOU 27/07/2017, p. 4)

[RESOLUÇÃO MT N. 854, DE 18 DE JULHO DE 2017](#)

Estabelece condições para a realização da distribuição do resultado positivo do FGTS, conforme disposto na Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017.

(DOU 26/07/2017, p.160)

[RESOLUÇÃO MT N. 855, DE 18 DE JULHO DE 2017](#)

Altera a Resolução nº 765, de 2014, que estabelece normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS e modelo de apresentação de informações da carteira de créditos do FGTS.

(DOU 26/07/2017, p.160)

[RESOLUÇÃO MT N. 856, DE 18 DE JULHO DE 2017](#)

Altera a Resolução nº 843, de 2017, que autoriza a quitação de obrigações da União frente ao FGTS, mediante a cessão definitiva de direitos creditórios derivados de operações firmadas ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, ou com as respectivas entidades da administração direta.

(DOU 26/07/2017, p.160)